

**MARXISMO E HISTORIOGRAFIA NO REINO DE VITÓRIA: AS
CONTRIBUIÇÕES DE EDWARD PALMER THOMPSON**

Alessandra Frota de Schueler*

Aprendemos, nem pela primeira vez nem pela última vez, porque é uma tarefa ingrata e terrivelmente longa tentar influir no curso da história através de pequenos movimentos from below. No entanto, tais posições minoritárias, ao longo da maior parte da história humana de que se tem registro, têm sido os únicos lugares dignos de se estar; e nem sempre essas posições fracassam a longo prazo.

Edward P. Thompson

Resumo

O presente ensaio tem o objetivo de investigar as contribuições da História Social britânica para a escrita da História, enfocando a renovação teórico-metodológica representada pela pesquisa histórica no âmbito dos estudos marxistas, entre os anos de 1960 e 1990. Para tanto, analisa especialmente a obra e a trajetória do historiador Edward Palmer Thompson e as suas contribuições para a construção da crítica e da renovação nos modos de *fazer* a História no campo do marxismo.

Palavras-chave: História Social Britânica – Historiografia – Edward Thompson.

**MARXISM AND HISTORIOGRAPHY IN THE VICTORY KINGDOM: THE
CONTRIBUTIONS OF EDWARD PALMER THOMPSON**

Abstract

This present essay has the objective of investigating the contributions of the British Social History to the writing of History, emphasizing the theoretical-methodological renovation represented by the historical research in the gauge of Marxists studies, between 1960 and 1990. For this reason, this study analyses specially the work and trajectory of Edward Palmer Thompson and his contributions to the critical construction and the renovation in the modes of making History in the Marxism field.

Key-words: British Social History – Historiography – Edward Thompson

Sem sombra de dúvida, um grande impulso em direção às pesquisas sobre os grupos sociais, a formação das classes na sociedade pré e pós-industrial, as lutas entre as classes trabalhadoras e a chamada burguesia – o confronto entre políticas e estratégias de poder entre as classes dominantes e dominadas, bem como as disputas entre tradições, valores e culturas -, veio, em grande parte, tanto do investimento teórico de pesquisadores britânicos, quanto do engajamento desses estudiosos nas lutas sociais e políticas de seu tempo.

Desde os episódios da Segunda Guerra Mundial, com os agravamentos decorrentes, de um lado, das posturas ambíguas iniciais do governo stalinista em relação ao nazismo, e de outro, das “limpezas” e “expurgos” violentos organizados pelo governo soviético contra seus supostos inimigos internos, as correntes marxistas no interior dos diversos países ocidentais digladiavam-se em torno da busca de justificativas, respostas e saídas para tais fatos (HOBBSAWM, 1979)

As leituras dos marxismos, realizadas até então, podem ser divididas em duas grandes linhas: uma, majoritária, dentro dos Partidos Comunistas e das academias, que privilegiava uma perspectiva funcional e estruturalista para a explicação da sociedade capitalista, na qual a base (modo de produção, meios de produção, relações produtivas) determinava a superestrutura (cultura, ideologia, valores ideológicos, direito, moral, ética etc.), de modo que a intervenção humana no processo histórico era insignificante; e, outra,

minoritária e marginal, que, trazendo uma leitura humanista e culturalista dos primeiros escritos de Marx e Engels, bem como dos estudos realizados por Gramsci e Lukács, visava a ampliar o campo de análise do marxismo, voltando as atenções para as relações entre os sujeitos históricos e a sociedade, ressaltando a sua ação no tocante aos elementos então identificados como superestruturais, notadamente os valores, os sentimentos, a moral, a religião, a cultura de uma sociedade.

A repercussão da revolução historiográfica proveniente da França encontrava eco nas tendências marxistas britânicas, não tanto quanto às referências teóricas, porém, mais significativamente quanto aos novos objetos e novas temáticas de pesquisa. A cultura popular, o cotidiano das classes operárias e pobres, a atuação dos sujeitos em seu campo de possibilidades sociais constituíam temáticas que apontavam para a investigação da ação humana, em seus múltiplos aspectos e significados, buscando-se analisar as relações entre estruturas sociais e ações humanas, indivíduo e sociedade e as conseqüentes relações de força entre a necessidade e a liberdade.

Os novos trabalhos dos historiadores marxistas em plagas da rainha Vitória foram produzidos, a partir dos anos 1960, em torno de algumas temáticas principais, quais sejam: o processo de industrialização e a revolução industrial dos séculos XVII e XVIII; as transformações nas sociedades pré-industriais, como a política de cercamentos; as *Poor Laws* e as políticas estatais de aculturação e controle social sobre as classes trabalhadoras; os movimentos populares e operários e as suas lutas desde os setecentos; a cultura e os valores dos grupos populares; a história da educação, da literatura, das letras e do Iluminismo entre os grupos operários e seus movimentos; as ações de contracultura e contra-hegemonia produzidas em diferentes contextos históricos, bem como suas derrotas e vitórias possíveis (ANDERSON, 1983). Para referir apenas alguns autores, pode-se citar os trabalhos teóricos de Hoggart e Raymond Williams sobre literatura e cultura; os estudos de Eric Hobsbawm sobre o operariado e sobre o processo de formação do capitalismo e suas transformações nas eras do capital, da expansão imperial e da concentração financeira; os trabalhos de Christopher Hill sobre a revolução inglesa e a participação popular nos protestos políticos desde o século XV, a expansão do capitalismo e seu papel na destruição da sociedade do antigo regime britânico; os estudos de Perry Anderson sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo e suas obras teóricas sobre o marxismo; e,

finalmente, as obras de Edward Thompson, enfocando as classes trabalhadoras em sua formação, sua atuação e sua cultura, na sociedade inglesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, bem como os debates teóricos no sentido de produzir, simultaneamente, uma crítica e uma afirmação do marxismo sob novas perspectivas (SILVA, 1995; HIMMELFARB, 1987; PALMER, 1996).

Tal historiografia, impulsionada nos anos 1960, foi posteriormente identificada com uma corrente teórica que valorizava os populares e uma espécie de *history from below*, uma história tanto produzida pelos “de baixo” – trabalhadores, classes pobres, operários, dominados, subalternos, populares – quanto analisada sob a perspectiva do movimento de “baixo para cima”. Nesse enfoque, as experiências históricas dos homens, das mulheres e das crianças comuns, ganharam espaço em uma história tradicional que há muito produzia o seu esquecimento, em meios às derrotas políticas e à destruição de seus valores e costumes pela hegemonia burguesa do capitalismo dominante (WILLIAMS, 1976).

A “história vinda de baixo” foi introduzida no campo da *social history*. A história social direciona-se, então, ao alargamento do enfoque no sentido da consideração de múltiplos aspectos de uma sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões econômicas e políticas, mas, também, as dimensões sócio-culturais em um momento histórico singular (SHARPE *apud* BURKE, 1992). A política foi recolocada no interior do social e o social no interior da política. A cultura – ou as diferentes culturas – foi entendida como campo de lutas, arena das disputas de classes, disputas essas que giravam não apenas em torno de relações de produção, mas, sobretudo, em torno dos valores, dos símbolos, dos sentimentos familiares e das ideologias, nos embates da vida cotidiana. Com isso, as fontes e os documentos históricos tradicionais foram revisitados, na busca de historiar outros atores e suas experiências, bem como novas fontes foram valorizadas (GINZBURG, 1991; 1992).

Entre as contribuições da historiografia britânica, interessa-me apresentar em breves linhas e discutir alguns aspectos da obra de Edward Thompson, principalmente no que se refere à sua produção teórica no sentido de renovar o marxismo, ampliando a sua lente para o humanismo e para a

cultura, produzindo um equilíbrio entre *necessidade* e *liberdade*. As suas reflexões sobre as categorias de classe e lutas de classe, incluindo os campos da moral e da cultura, foram fundamentais para a compreensão histórica das inúmeras derrotas e possíveis vitórias dos chamados dominados frente aos seus opressores. O peso da história – da experiência – e das tradições foram essenciais nas lutas dos trabalhadores e, a despeito dos caminhos traçados e esperados pelos intelectuais do “partidão”, informaram e deram sentido às suas ações e às suas escolhas possíveis.

Para tanto, segue uma breve introdução sobre a trajetória e as obras de Edward Thompson e uma posterior reflexão sobre as suas contribuições teóricas ao ofício do historiador.

Edward Palmer Thompson: trajetória e produção historiográfica

Filho de professores e missionários metodistas (Sir Edward John e Theodosia Thompson), atuantes nas terras coloniais do então consolidado império liberal e capitalista dos reis britânicos – a Índia –, Edward Thompson nasceu na Inglaterra, no dia 3 de fevereiro de 1924, precisamente em Boar’s Hill, Oxford.

Com um irmão mais velho, Frank Thompson, o jovem Edward cresceu em meio a uma casa agitada no que diz respeito às atividades culturais e políticas, tendo em vista a atuação permanente de seu pai nos campos da literatura, da história e da Igreja Metodista, mestre nas universidades e academias britânicas. John Thompson vivera muitos anos de sua vida em Bengala, na Índia, exercendo o duplo papel de mestre e missionário, ao mesmo tempo colonizador e crítico da violência do imperialismo britânico. A ambigüidade entre o profundo conhecimento e o respeito às culturas nativas e o ideal de aculturação e “aperfeiçoamento intelectual” das populações indianas, causaram na família Thompson uma mescla de amor e de luta em prol da libertação indiana, nem sempre dissociadas da visão redentora de seus

próprios papéis enquanto pertencentes à “cultura imperial civilizada” do reino vitoriano. Uma tal ambigüidade - o conflito entre a luta pela libertação dos indianos e a ação missionária em Bengala, bem como as perseguições sofridas por John Thompson – foi responsável pelo retorno de Theodosia, John e Franklin para Oxford, onde de reinstalaram em 1923.

Uma tal história familiar produziu em Edward Thompson a sensação de viver em uma sociedade em que, segundo seu próprio depoimento, os “governos são espúrios e imperialistas”, e que “a postura de um indivíduo deva ser sempre hostil ao governo” (PALMER, 1996, p. 16). A crítica ao poder do Estado e ao exercício da dominação como um todo, circunscrita às experiências sociais e históricas concretas de sua vida, esteve presente em toda a produção do historiador e do ativista político, que se tornou Thompson após sua formação acadêmica em Oxford, onde cursou história, entre 1940 e 1945, na mesma época em que se filiou ao Partido Comunista inglês.

A relação de Thompson com as idéias socialistas e sua ligação ao movimento político comunista foi, entretanto, bem anterior à sua inserção como estudante universitário. Sua identificação com o irmão mais velho, Frank, e o trauma profundo ocasionado pela sua morte nos campos de batalha contra o nazi-fascismo^[1], certamente auxiliaram na trajetória de Edward para superar as raízes liberais e religiosas de seus pais, produzindo nele uma reflexão profundamente crítica sobre o capitalismo e seus corolários. Ainda que tenha conservado de sua família o respeito pelos saberes, as tradições, lutas das culturas populares, e o humanismo, como princípios norteadores de sua prática político-teórica futura enquanto historiador e marxista.

A ação política de Edward Thompson associada à sua atuação como professor de história, bem como sua formação teórica, foram desenvolvidas muito em função de seu envolvimento por mais de 20 anos (final da década de 1930 e ao longo dos anos 1950 e 1960) com a educação de jovens e adultos trabalhadores, tanto no ensino médio quanto nos quadros de extensão das universidades e associações operárias britânicas (Leeds, Halifax, Worker's Education Association etc.). A experiência social e profissional na educação de adultos, como ressaltou Bryan Palmer, foi mediador fundamental para a

construção teórica posterior de Thompson no campo da historiografia marxista. Os alunos dos cursos de extensão para adultos nas cidades inglesas eram provenientes das classes médias baixas e dos setores de trabalho industrial e comercial mais empobrecidos. Operários, donas de casa, professores primários, funcionários de escritórios, bancários, viajantes, ativistas dos movimentos políticos e partidários etc., compunham os quadros discentes dos cursos para jovens e adultos e foram responsáveis pelo crescimento intelectual e humano, tanto de Edward quanto de sua mulher, Dorothy Thompson.

As histórias de vida e as experiências dos alunos, valorizadas pelos professores em uma metodologia pedagógica que visava desenvolver a reflexão crítica sobre a realidade e a possível inserção dos jovens e adultos em cursos superiores, também ensinaram e desenvolveram o pensamento teórico de Edward Thompson, como ele próprio não cansava de repetir em suas palestras, em suas entrevistas, nas aulas e nas referências memoráveis feitas aos seus ilustres alunos no decorrer de suas obras (THOMPSON, 2002).

Como professor de jovens e adultos, historiador e pesquisador da Universidade de Leeds, membro do Partido Comunista entre os anos 1940 e 1956, ativista político em movimentos em prol dos trabalhadores e do socialismo, Edward Thompson foi produzindo sua obra jornalística, participando em jornais e revistas comunistas, além de iniciar suas reflexões sobre a história econômica, social e cultural das classes trabalhadoras inglesas, entre os séculos XVII e XVIII.

Nesse momento já lhe intrigava a necessidade de compreender o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, porém, sob o ponto de vista do desmantelamento das tradições populares do antigo regime e das suas reações e lutas, não apenas econômicas, mas, também, lutas em torno de suas antigas tradições, costumes e valores culturais, vigentes no regime paternalístico de dominação da *gentry whig* e *tory*. Com tais preocupações surgiram os primeiros artigos históricos de Edward Thompson (“A Sociedade Inglesa no século XVIII: luta de classes sem classes?” e “Economia Moral da Multidão”), na *Past and Present*, em 1955, revista do grupo de historiadores do

Partido Comunista, entre os quais estavam o próprio Edward, Perry Anderson, Tom Nairn, Christopher Hill, E. Hobsbawm e outros.

Em relação às suas perspectivas teóricas, Edward Thompson vinculava-se à história social e econômica, sem, no entanto, aceitar qualquer reducionismo economicista ou estruturalista, questionando tanto o marxismo ortodoxo, quanto as teorias funcionalistas e estruturalistas. Rejeitava a idéia simplista evocada pela metáfora mal utilizada da base/superestrutura. Seguindo a tradição inaugurada por Hoggart e Raymond Williams, Edward Thompson interessava-se pelos estudos sobre o homem e sobre as suas múltiplas dimensões ontológicas, valorizando a cultura, os costumes, as tradições, os valores morais e as histórias das pessoas comuns – elementos esquecidos tanto pela historiografia liberal quanto pela historiografia marxista predominante.

Desde 1944, o historiador estava familiarizado com os *Manuscritos* de 1844, de Karl Marx, bem como com as vozes dos líderes e operários radicais dos séculos XVII, XVIII e XIX, como William Blake e William Morris. Segundo suas próprias palavras:

O estrago feito pelo capitalismo industrial avançado e o estrago causado pela sociedade de mercado consistiram em definir as relações humanas como fundamentalmente econômicas. Marx engajou-se na economia política ortodoxa e propôs o homem econômico-revolucionário como resposta ao homem econômico explorado. Mas também está implícito, principalmente no Marx mais jovem, que o estrago reside na definição do homem como “econômico” sob quaisquer circunstâncias. (THOMPSON *apud* PALMER, 1996, p. 78)

Do ponto de vista político, a relação de Edward Thompson com o Partido Comunista há muito era controversa, considerando suas críticas à posição ambígua de Stalin em relação ao nazismo nos acontecimentos da guerra de 1940, e a sua aversão aos “métodos” políticos e ao autoritarismo do comunismo estatal dentro e fora do Partido Comunista soviético. As políticas dogmáticas seguidas pelos demais partidos europeus, execrando de seus quadros as possíveis divergências e as críticas às direções encaminhadas,

levaram à formação de um grupo descontente, o qual crescia à medida do desenrolar dos fatos históricos, na década de 1950. Em 1956, “um número ilimitado de membros” pediram seu afastamento do PC, rompendo com a ortodoxia. Entre eles, Dorothy e Edward Thompson, Perry Anderson, E. Hobsbawm. Era o fim da historiografia produzida em torno da *Past and Present*, mas era também o nascimento da *New Left Review* e da nova esquerda marginal (BLACKBURN, 1992).

Nos anos seguintes Edward Thompson dedicou-se à nova revista, às aulas para as universidades, aos cursos de jovens e adultos e à pesquisa histórica. O impacto de seus primeiros trabalhos historiográficos sobre a história social britânica foi fenomenal, tanto no que se refere às críticas produzidas à sua obra quanto à construção de linhas de pesquisa e formação de pesquisadores receptivos às suas perspectivas teóricas. Grupos de investigação sobre a história social (estudo sobre revoltas e motins populares, tradições culturais e famílias operárias, relação entre a Igreja, o Estado e as classes populares britânicas), nos três séculos anteriores, começaram a surgir nos anos 1950 e 1960.

Ainda que não seja pertinente nesse ensaio uma delimitação detalhada dos debates e dos trabalhos produzidos no período, é interessante enfatizar, como fez Eric Hobsbawm anteriormente, que as críticas contra o marxismo na Inglaterra possuíam uma tradição de quase um século, incluindo desde William Morris (1890) a Raymond Williams, e, acrescento, Edward Thompson e o próprio Hobsbawm. Segundo ele, a maioria dos críticos não era externa ao marxismo, mas fazia um apelo constante a um Marx, que atacava duramente a censura da imprensa e o exercício arbitrário do poder do Estado, um Marx que almejava a democracia. Sem abrir mão das perspectivas teóricas do materialismo, Edward Thompson destacou-se na historiografia britânica pela inovação de suas pesquisas e pela sua escalada teórica em relação às teses mais ortodoxas utilizadas pelos vários marxismos então em voga.

Em *The Making of the English Work Class*, três volumes publicados em 1963, Thompson analisou a formação da classe trabalhadora inglesa, desde

1790 até 1840, culminando com a deflagração do movimento cartista, momento político no qual a classe trabalhadora consolidara-se enquanto tal.

A obra do autor trouxe à tona as experiências concretas da classe trabalhadora, entendidas como elementos fundamentais para a construção de uma consciência, embora escapando do antigo esquema essencialista presente nos conceitos de classe e de consciência de classe. Para Edward Thompson a classe é sempre histórica, formada no movimento das lutas em uma dada sociedade:

Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise se tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (THOMPSON, 1987, pp. 9-12)

Na perspectiva de Edward Thompson, a classe, constituindo uma relação histórica, resulta da interação de alguns homens e mulheres em experiências comuns e partilhadas, nas quais sentem e articulam interesses entre si, em oposição e contra outros homens cujos interesses diferem e se antagonizam. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram. Mas a consciência de classe vai além dessas mesmas relações, pois resulta das formas como tais experiências foram tratadas em termos culturais, no interior de tradições históricas, valores, idéias e formas institucionais: “Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Com esses argumentos, o autor tencionava “matar dois coelhos com apenas uma cajadada”, como se diz em nosso ditado popular. De um lado,

criticava as correntes marxistas que julgavam ser a classe trabalhadora uma medida matemática, calculável em termos numéricos na relação direta com os meios de produção em uma sociedade. Feito isso, essas correntes passavam da quantidade à consciência de classe, concluindo, na maioria das vezes, pela sua ausência, pois nem sempre encontravam entre os trabalhadores o que esperavam *a priori*: organizações partidárias, grupos políticos sólidos, interesses definidos coletivamente. Sem tais paradigmas, próprios das sociedades contemporâneas, essas correntes marxistas receitavam uma fórmula pretensamente infalível: a classe trabalhadora necessitava de uma direção, uma organização e um rearranjo externo – este seria, então, a *missão* e o *lugar* dos intelectuais marxistas e dos grupos do partido! De outro lado, buscando colocar a classe na história e no interior das complexas relações sociais, Edward Thompson visava a destruir as teses daqueles setores que, contrários às teorias materialistas, negavam a própria existência das classes. Entre eles, as perspectivas funcionalistas à *la* Parsons, as quais buscavam avaliar a relação entre o indivíduo e o exercício de um papel social (função) específico, uma posição no espectro das profissões e da organização social. Atualmente, pode-se identificar os adeptos da idéia de fim das classes, juntamente com os crentes no “fim da história”, numa corrente que abarca desde Francis Fukuyama aos idealistas da denominada, porém indecifrável, “pós-modernidade”.

Argumentando em favor da existência histórica das classes, Thompson propõe, ao mesmo tempo, uma reflexão teórica e uma metodologia de pesquisa:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e suas instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição. (THOMPSON, 1987, p.10)

No *Making of the English Work Class*, Edward Thompson preocupou-se em analisar a trajetória dos trabalhadores, desde o final do século XVIII, buscando resgatar as suas experiências, as suas lutas e o

seu próprio *fazer-se* frente ao avanço do capitalismo, o advento da revolução industrial à dominação de classe exercida pela ascendente e poderosa burguesia inglesa, detentora das terras, das fábricas e, cada vez mais, monopolizadora dos meios de produção social. Nesse sentido, o autor visava retirar do obscurantismo a ação dos trabalhadores e a sua contribuição ao movimento histórico. Investigar por entre “*Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores*”, tais foram as intenções da primeira obra historiográfica de fôlego de Thompson.

Se o trabalho sobre a formação da classe trabalhadora foi responsável pela projeção de Edward Thompson na academia, principalmente entre os grupos de pesquisadores vinculados à *social history*, não apenas na Grã-Bretanha mas em outros países, também constituiu motivo e alvo dos críticos mais vorazes do historiador, destacando-se os próprios marxistas pertencentes ao Partido Comunista e/ou às universidades.

Historiadores como Perry Anderson, Tom Nairn, e, com menores divergências Eric Hobsbawm, ainda que reconhecendo na obra de Thompson a importância de resgatar a história da classe trabalhadora em suas tradições culturais de luta, apontaram para o que denominaram “nacionalismo romântico” que, segundo eles, estaria presente nos três volumes. O apego e o respeito do autor à “árvore da liberdade” - subtítulo de um dos volumes de *Making of the English Work Class* – foi razão para que fosse acusado de liberal. Não é preciso observar que Edward Thompson respondeu aos seus críticos, tomando como base os autores Marx e Engels, lembrando-lhes que: “a história é memória de uma cultura” e “jamais pode estar livre de paixões e comprometimentos. Não me sinto inibido de forma nenhuma pelo fato de que minhas próprias paixões e comprometimentos sejam evidentes”.(THOMPSON *apud* PALMER, p. 125)

Aliás, a própria necessidade de se conhecer as culturas populares, suas crenças e suas tradições era uma das inquietações de Edward, pois ele buscava compreender o enigma do fracasso da revolução na

Inglaterra no século XIX, bem como os fracassos políticos evidentes da esquerda britânica no seu próprio tempo. Em defesa própria, respondeu aos críticos a importância de sua abordagem:

Esses homens [os trabalhadores e seus líderes, secs. XVIII e XIX] encontraram o utilitarismo em suas vidas diárias e procuraram fazê-lo recuar, não cegamente, mas com inteligência e paixão moral. Lutaram, não contra a máquina, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial. Naqueles mesmos anos, a grande crítica romântica ao utilitarismo vinha correndo em curso paralelo. (...)Assim, esses anos revelam, não um desafio revolucionário, mas um movimento de resistência, onde tanto os românticos quanto os artesãos radicais se opunham à anulação do Homem Aquisitivo. No fracasso em se chegar ao ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu. O quanto foi, não podemos saber com certeza, pois estamos entre os perdedores. (THOMPSON *apud* PALMER, p. 125)

Outras críticas diziam respeito ao enfoque mais restrito que Edward Thompson havia conferido à história econômica dos séculos XVII e XVIII nos três volumes do *Making of*, privilegiando uma análise da formação, das tradições e lutas culturais dos trabalhadores no contexto de reorganização do capitalismo nas cidades e no campo britânicos. A essa ordem de argumentos, o historiador reconheceu que outros autores, como Eric Hobsbawm e Perry Anderson, eram muito mais competentes e brilhantes para uma análise no campo da história econômica, o que efetivamente já realizavam em suas pesquisas. O objetivo de Thompson, afirmava ele próprio, era descortinar os temas e os problemas relegados pela historiografia, mormente a história das culturas populares e as experiências humanas, reconhecendo que a confecção de seu trabalho apenas foi possível devido à existência de consolidadas e vultosas pesquisas sobre a história social e econômica na Inglaterra de três séculos anteriores.

A diferença das análises de Edward Thompson para algumas análises sobre a história econômica inglesa não residia apenas no fato de estas últimas descartarem a cultura e as experiências históricas de homens e mulheres explorados. A distinção era muito mais profunda e baseava-se no fato de que as análises predominantes buscavam compreender a

história nos termos de seus fracassos e de suas perdas, e enquadravam as lutas dos trabalhadores no rol das batalhas inglórias.

Thompson, ao contrário, investigando através de uma massa documental expressiva, as experiências sociais e as ações dos trabalhadores, ouvindo os gritos de suas vozes a partir do material (ele costumava afirmar que era “tomado pelas fontes”), preocupava-se não apenas em identificar suas perdas, mas, sobretudo, recuperar e enfatizar suas lutas. A diferença não era simplesmente de abordagem ou de objeto, mas, essencialmente, havia, entre tais enfoques, um profundo abismo teórico-metodológico. Para Edward Thompson, as classes se formavam nos contextos das lutas históricas, quando homens e mulheres de uma determinada percebiam uma unidade em seus interesses e em suas experiências, as quais digladiavam-se e antagonizavam-se com outras classes sociais. O duplo enfoque da classe como uma relação histórica e da luta de classes como motor do movimento da história, confrontava com aqueles teóricos marxistas que privilegiavam ora as estruturas, ora as funções.

A resposta aos críticos e a tentativa de superar o estruturalismo e funcionalismo que predominavam no campo dos estudos materialistas, principalmente a partir da entrada triunfante de Louis Althusser, nos anos 1960, veio, posteriormente em *The Poverty of Theorie: or na Orrery of Errors* (1978). O desmantelamento de Althusser partiu do esforço do autor para afirmar positivamente o marxismo e o materialismo como uma importante teoria e uma prática necessárias às pesquisas acadêmicas e às lutas políticas. Remontando à tradição marxista, Thompson recorreu a polêmica de Marx anti-Proudhon (*The Poverty of Philosophy*), de onde extraiu o título, sustentando a sua argumentação na ampla leitura dos textos do marxismo clássico e nas pesquisas de base materialista.

O historiador, sátiro e polemista em seu texto, reivindicou a história e o materialismo para o marxismo, refutando as correntes idealistas, platônicas, estruturalistas e funcionalistas dos diversos “marxismos” então existentes. Contestou a totalidade das premissas de Althusser, sua teologia

e sua ideologia, principalmente a sua abordagem sobre a “falsa consciência”. Reafirmou a importância do *sujeito histórico* – determinado e formado pela experiência – mas atuante nas suas relações históricas, na medida de suas possibilidades. Buscava estabelecer um equilíbrio entre as estruturas e as intervenções humanas, dos grupos e das classes sociais em luta, nos processos históricos:

Essa forma de pensamento {althusseriano} é *exatamente* o que comumente se denomina idealismo na tradição marxista. Esse idealismo não consiste na afirmação ou negação da primazia de um mundo material ulterior, mas em um universo conceitual que dispõe de capacidade de autogeração, impondo sua própria idealidade aos fenômenos de existência social e material, ao invés de engajar-se em um diálogo contínuo com os mesmos. (THOMPSON, 1981, p. 14-15)

O diálogo entre teoria e prática, epistemologia e empiria, era uma reclamação e uma *práxis* constante em toda a extensa produção de Edward Thompson. A sua opção teórica pelo materialismo histórico era confrontada, numa perspectiva dialética, com o material de pesquisa e as evidências históricas reais. Assim, o diálogo entre a teoria e a empiria tornava-se uma necessidade imperativa para uma produção histórica atenta ao rigor epistemológico, mas, ao mesmo tempo, aberta aos enigmas da história. Os processos históricos eram encarados a partir de seus contextos e de seus movimentos. Para ele - como argumentaria em um artigo dos anos 1980 sobre a necessidade de uma aproximação entre a história social e antropologia - a história era, sobretudo, *contexto, processo e movimento* (THOMPSON, 1992).

A reafirmação das proposições teóricas de Marx e Engels ocupou a escrita de Thompson na *Miséria da Teoria* e, posteriormente, em seus trabalhos sobre a história social inglesa dos séculos XVII, XVIII e XIX. No decorrer de seus estudos, E. P. Thompson trabalhou com outras categorias tomadas do marxismo, recuperando autores como Antonio Gramsci e G. Lukács. Os textos clássicos, reunidos em 1979 na obra *Tradición, Revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, caracterizaram-se pelo aprofundamento da

pesquisa histórica e o amadurecimento teórico-metodológico do historiador.

Nesses ensaios, o autor voltou a discutir os conceitos de classe e luta de classes, defendendo a hipótese de que este referencial do materialismo histórico poderia constituir instrumental teórico de importância fundamental para análise das sociedades pré-industriais, como a Inglaterra dos séculos XVII e XVIII. Com tal perspectiva, Thompson estudou a cultura plebéia do século XVIII, as práticas de dominação paternalista na sociedade tradicional e as lutas em torno dos valores entre as culturas patrícia e plebéia. Os rituais presentes naquela sociedade, as experiências e as práticas sociais que faziam com que a hegemonia da classe *terrateniente* se consubstanciasse como uma via de mão dupla, na qual ela era limitada pelos interesses e pelas lutas antagônicas dos movimentos da plebe, encontraram espaço na pesquisa do historiador (THOMPSON, 1979).

Argumentando acerca do uso dos conceitos de paternalismo e hegemonia, o autor realizou uma série de considerações. Em primeiro lugar, demonstrou como a utilização indiscriminada de termos como “sociedade pré-industrial”, “paternalismo”, “hegemonia”, “classes” nada poderiam elucidar, caso não fossem colocados e reavaliados segundo os contextos e a totalidade de um processo histórico social determinado. Da forma como muitas vezes foram utilizados, tais conceitos poderiam designar quaisquer sociedades, como no exemplo citado pelo autor em que o conceito de paternalismo servira para explicar tanto uma sociedade escravista como o Brasil, quanto as relações entre patrícios e plebeus na Inglaterra dos séculos XVI-XVIII. O termo paternalismo, centrado em si mesmo, poderia dizer muito sobre a concentração de autoridade política e econômica por uma classe proprietária, mas dizia muito pouco sobre as relações específicas de poder, a natureza do Estado, as múltiplas formas de uso da propriedade, a ideologia e a cultura de uma sociedade contextualizada.

Além disso, na maioria das vezes, como afirmava Thompson, o paternalismo foi útil para descrever uma realidade a partir da perspectiva das

classes dominantes, como se a “casa grande” se encontrasse no cume e todas as linhas interpretativas levassem a ela – e apenas a ela. Outras formas de existência social, como a vida nas paróquias, as relações de poder entre os mercadores e agricultores (campo e cidade), os festivais e rituais, as formas de justiça dos pobres e as suas aspirações, poderiam ser bem diferentes da direção preconizada pelos ricos, havendo mesmo, em muitos casos, uma verdadeira dissociação e um antagonismo entre interesses e entre as culturas.

Nesse sentido, o paternalismo – assim como a hegemonia - deveria ser revisto no sentido de se atentar para o seu aspecto relacional e para as dimensões de luta, embate de forças e possibilidade de negociação, existentes nas relações sociais de poder e dominação. O consenso é obtido sim, muitas vezes, e os pobres dominados, mas não sem um processo histórico de lutas, vitórias e derrotas para ambas as classes sociais envolvidas. Não admiti-las, é imobilizar a história, pois se o processo histórico pudesse ser totalmente enquadrado nos modelos teóricos estruturalistas não haveria necessidade de historicização, bastava fechar os olhos e adivinhar seus rumos – aí, sim, teríamos o fim da história.

Thompson realizou um estudo sobre a cultura popular no século XVIII, aliando o materialismo histórico a uma aproximação com a antropologia, na linha histórica de Keith Thomas e Natalie Davies. No capítulo sobre a “Economia Moral da Multidão”, investigou o caráter das lutas de classes na chamada sociedade inglesa pré-industrial, combatendo as visões tradicionais que consideravam os motins populares à luz de um reducionismo economicista, tratando-os como se fossem apenas resultado da fome e da necessidade, negligenciando as lutas em torno das tradições populares e de suas antigas formas de vida comunitária, que a entrada gradual das relações capitalistas, aos poucos, buscava destruir. As dimensões políticas e culturais dos motins populares foram recuperadas pelo autor.

Da mesma forma, na sua análise sobre o *Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial*, Edward Thompson investigou as transformações que o modo de produção capitalista em formação ocasionava nas relações de trabalho tradicionais, dinamitando o sistema de

aprendizagem, as antigas relações entre artesãos-mestres e aprendizes nas corporações de ofício, visando modificar a percepção não somente do tempo, mas das formas de controle social e a totalidade da cultura. O processo de transformação dos significados e das práticas em torno do trabalho foi um longo processo de exploração, de resistência e de lutas, ao contrário da visão de linearidade presente nos modelos explicativos do desenvolvimento econômico e industrial.

As análises sobre as classes e as lutas de classes no século XVIII foram capazes de reconstruir as dimensões das experiências sociais humanas na sua vida cotidiana, da cultura e das contradições históricas, mostrando o sujeito histórico em sua inteireza, em sua totalidade. Para Thompson, uma análise privilegiada dos aspectos culturais e das lutas em torno de valores morais entre as classes sociais, ao contrário de significar uma fragmentação pós-moderna, representava a afirmação do marxismo e a validade de seu instrumental para a análise das sociedades de classes existentes na história. Uma história comprometida como a totalidade social e uma teoria comprometida com a prática política, jamais poderiam prescindir de um instrumental teórico que valoriza o homem na inteireza de sua existência e em sua materialidade histórica.

O humanismo de Edward Thompson, e a constante atenção para a importância da cultura na formação de ser social e das experiências históricas, foi aguçado pelas críticas que recebeu de antropólogos e historiadoras feministas. Os antropólogos indicavam para o historiador as contribuições que sua própria disciplina poderia trazer à história social, e, as feministas, por outro lado, acusavam Thompson de não conferir às mulheres o devido destaque que mereciam, sobretudo, entre a história da classe trabalhadora, onde elas exerciam múltiplos papéis no âmbito do trabalho, da vida pública e da luta cotidiana pela reprodução das famílias e dos grupos, traduzindo relações de gênero diversas e específicas.

De fato, o historiador era aberto às críticas, embora também soubesse combatê-las com veemência, quando dizia respeito aos defensores do economicismo e do estruturalismo que se debatiam contra a

história social e cultural. No caso da antropologia histórica, E. P. Thompson, desde o seu livro inaugural (*The Making of...*) utilizava os trabalhos de importantes antropólogos, como Keith Thomas, Natalie Davies e Clifford Geertz, embora concordasse mais com os primeiros, pelas suas pesquisas possuírem um carácter maior de contextualização dos processos históricos mais amplos. Para o britânico, as análises de Geertz sobre as sociedades indianas, ainda que brilhantes, obscureciam um tanto as lutas internas presentes naquela cultura, privilegiando uma “descrição densa”, porém, “estruturante” da mesma.

No artigo de 1992, publicado em Buenos Aires, *Folklore, Antropología y historia social*, Edward Thompson defendeu a aproximação entre a história social e a antropologia, sem, contudo, permitir a perda, para o historiador, das perspectivas da história enquanto *contexto e processo*, os quais conferiam dialética e *movimento* à história humana. O objetivo do autor, nessa argumentação, consistia em resistir à utilização ingênua dos modelos teóricos antropológicos em uma aplicação de pesquisa historiográfica:

[a história] é a disciplina do contexto e do processo (...), todo significado é um significado no contexto, e quando as estruturas mudam, as formas antigas podem expressar funções novas, e as funções antigas podem encontrar expressão em formas novas. (...) As funções do ritual [referia-se aqui ao *charivari*] mudam. O tipo de transgressor não é o mesmo e nem o é a forma, em diferentes tempos e espaços históricos. O *charivari*, como querem os antropólogos, não tem uma função transcultural constante e imutável. (...) Os rituais informam sobre as normas vigentes em uma sociedade dada. (THOMPSON, 1992, p. 76)

No mesmo texto, Thompson retoma brevemente sua discussão com a teoria marxista, proclamando o valor de uma análise dialética dos fatos sociais e históricos. Por isso, enfatizava que as pesquisas preocupadas com o problema da hegemonia e das relações de paternalismo (exemplifica com os estudos sobre a caridade e o assistencialismo na Inglaterra, século XVIII), deveriam encará-los, simultaneamente, como atos de “doar” e de “receber”. O consenso social, bem como o controle, a hegemonia, as leis e

normas seriam, assim, não apenas medidas maquiavélicas das classes dominantes, mas também necessidades impostas às mesmas pelos embates e pelas lutas históricas. Sua intenção é, de fato, superar a metáfora base/superestrutura, e, acima de tudo, sair em defesa de Marx e Engels, alegando que a apropriação dessa metáfora pelos estruturalistas é que causou um “caos teórico” no campo do materialismo histórico.

Para Edward Thompson, o modo de produção é uma totalidade, e possui uma centralidade no que diz respeito à formação da vida humana e da experiência social. No entanto, o modo de produção não se reduz ao econômico, mas compõe normas, valores e cultura. Lembrava que, se alguns teóricos alegam não existir produção sem economia, também sem cultura não pode haver produção. A importância das normas sociais e dos modos de produção de consenso, sempre conseguidos a partir de lutas e processos contraditórios, intrigava nosso autor. A existência do direito e das leis, tão essenciais para a formação liberal capitalista e também para as tradições históricas de sua sociedade (basta lembrar as Cartas de João Sem-Terra, do século XII e os seguintes *Bill of Rights*), e o seu papel na ordenação e no controle sociais, consistiu mais uma das preocupações teóricas e historiográficas de Edward Thompson.

Em *Whigs and Hunters* (1977) (*Senhores e Caçadores*, Paz e Terra, 1987), o historiador debruçou-se fartamente sobre denso material histórico, visando investigar as repercussões das primeiras leis que limitavam o acesso dos camponeses ingleses às terras comuns e à extração de lenha nas florestas comunais. Ao invés de estudar as leis, com a ótica dos seus produtores, as classes dominantes compostas pelos ilustres “magistrados de perucas brancas”, Thompson buscou a ação dos camponeses e suas possíveis reações à destruição de suas práticas, costumes e tradições comunitárias.

Os processos judiciais, os arquivos policiais, mapeando a repressão aos “roubos e furtos de lenha”, aos “bandos de pobres e vagabundos”, além dos panfletos produzidos pelos párocos, líderes dos movimentos e pelos magistrados (advogados), trouxeram à superfície da história as experiências de homens e mulheres camponeses que, de algum modo, defenderam seus

interesses, seus valores e suas tradições. Defesas estas que, em alguns momentos, impuseram limites e temores aos seus opressores. Formaram, a seu modo, uma frente de lutas contra o que ficou conhecido como a “lei negra” nos campos ingleses.

Na argumentação teórica presente em *Senhores e Caçadores*, Edward Thompson tencionou pesquisar o direito, sob o ponto de vista dos significados e das reivindicações daqueles camponeses e trabalhadores rurais, explorados pela imposição dos limites ao uso comum das terras e madeiras. Para tanto, discutia com os autores que preconizavam o total e irrestrito “domínio da lei”, inclusive os marxistas tradicionais para quem o direito positivo seria, por definição, “um artefato cultural ou institucional de classe para reproduzir a infraestrutura” (THOMPSON, 1987, p. 348).

Tais como outras interpretações estruturalistas, uma tal visão sobre o direito prescindia da história: a estrutura, como essência, não necessitaria sofrer investigação, aparecendo como um edifício pronto, acabado. Contra essa “pobreza teórica”, Edward Thompson trazia o movimento das lutas de classe e as possíveis brechas existentes na lei, através das quais setores mais amplos da população puderam reivindicar aquilo que acreditavam constituir seus direitos, sendo o próprio campo jurídico um instrumento não apenas de produção de um domínio, mas um meio e uma arena institucional de conflitos de classe. Nesse sentido, argumentava Thompson:

A lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantém uma relação ativa e definida (muitas vezes em um campo de conflito com as normas sociais). (...) Se a oligarquia whig empregou a lei para legitimar suas propriedades, instrumental e ideologicamente, não significa dizer que eles teriam *necessidade* dela para oprimir os dominados, ao passo que os dominados não precisavam de lei alguma. (...) O que muitas vezes estava em questão não era a propriedade defendida pela lei contra a não-propriedade, mas a existência de outras definições dos direitos de propriedade para diferentes sujeitos sociais. (...) Enquanto foi possível, os dominados, caso conseguissem dinheiro e advogado {às vezes por relações sociais não monetárias}, lutaram pôr seus direitos legalmente. (...) *Num contexto de flagrantes desigualdades de classe, a igualdade da lei em alguma parte será sempre uma impostura. Mas, mesmo aí, as regras e a retórica impuseram*

algumas restrições ao poder imperial. (THOMPSON, 1987, pp. 353-4, grifos meus)

Com a perspectiva de afirmar a lei e o direito positivo como instrumentos não somente ideológicos de imposição de domínio de uma classe sobre as demais, porém, como um meio e um *locus* onde se travam diversos conflitos sociais e de classe, Edward Thompson trouxe contribuições fundamentais para redimensionar as ações humanas e as suas possibilidades de intervenção no processo histórico, ainda que essas ações não escapem das determinações impostas pelas experiências concretas históricas vividas pelos homens e mulheres em seus contextos determinados e suas relações/confrontos de classe.

Tal conjunto de idéias, aliás, mantiveram-se coerentes em toda a obra de Edward Thompson, pois constituíram o cerne de sua discussão teórica mais profunda com os marxismos de Althusser e outros, ou seja, a negação da divisão mecânica e grosseira entre base e superestrutura e, entre *sujeito histórico e social (não transcendental, individual e atomizado da filosofia existencialista) e estrutura social.*

A cultura – especialmente as culturas populares, os costumes, os valores e as tradições de trabalhadores e pessoas comuns –, como aspecto fundamental da vida humana, formando e conformando não apenas as identidades de classe, mas também a possibilidade de uma consciência social, consistiu, em muitos trabalhos, o cerne das preocupações da vida e da pesquisa histórica e da obra historiográfica de Edward Thompson. Para essa questão, trazia à baila o diálogo com autores como William Morris, Antonio Gramsci, G. Lukács, Raymond Williams, Eric J. Hobsbawm, Perry Anderson, F. Guttman, Garathman Stedman Jones

Em um dos seus últimos textos, *Customs in Commum (Costumes em Comum*, Cia. das Letras, 1999.), defendeu a tese de que a consciência e os usos costumeiros eram fortes na Inglaterra do século XVIII, alguns mesmos tendo constituído “invenções recentes” da moderna sociedade capitalista, mas traduzidos como reivindicações de antigas tradições e novos direitos.

Os costumes e o direito consuetudinário constituíam, naquela época o que, atualmente, conhecemos sob uma perspectiva mais ampla de cultura, mas, estavam longe de serem estáticos e permanentes, sendo campos permanentes de disputas e conflitos sociais. Dialogando, mais uma vez, com os antropólogos, Thompson esclareceu a suas posições quanto ao termo cultura:

o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto à generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente nos trabalhos de historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados.” *Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, onde há sempre uma troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema.* (THOMPSON, 1999, pp. 15-9, grifos meus).

A cultura – como, aliás, quaisquer instrumentos teóricos -, na ótica do historiador britânico, não pode ser tomada como uma categoria fechada, e, muito menos, como expressão de uma estrutura, de um consenso social. Ao contrário, a cultura se inscreve em contextos históricos específicos, no seio das lutas de classe e das relações materiais de poder, em sociedades determinadas. Por essa razão, a luta de classes é também uma disputa em torno de tradições e valores, regras morais, estéticas, religiosas, padrões familiares e sociabilidades – é uma luta entre culturas. A hegemonia de um padrão cultural e civilizatório sobre os demais, nesse sentido, pode se tornar vencedor, mas quase nunca consegue erradicar a força e os conflitos culturais contra-hegemônicos:

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e às inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela

não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”/ “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de usos e direitos costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. (...) quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendem seus interesses atuais (THOMPSON, 1999, p. 14).

Abordando os costumes e a cultura popular tradicional do século XVIII, na Inglaterra, Edward Thompson desenvolveu suas hipóteses a respeito do processo longo e doloroso que constituiu a passagem de uma sociedade de antigo regime ao capitalismo, demonstrando que a racionalidade econômica do capital impunha conflitos e lutas ativas aos usos e às tradições populares, resistentes às novas determinações históricas que ameaçavam desintegrar suas experiências. A “economia moral da plebe”, nesse sentido, foi uma frente de batalhas contra a economia de mercado inovadora. Com essas hipóteses, mais uma vez, o historiador rejeitou a idéia de que o *homo economicus* seja um eterno, uma essência natural ao homem, antes sim, foi uma invenção do capitalismo que buscou, entre outras coisas, destruir antigas sociabilidades e formas culturais das sociedades.

No âmago das discussões levantadas a partir das obras de Edward Thompson, em resumo, pode-se concluir - tomando de empréstimo a expressão utilizada por Virgínia Fontes, ao tratar principalmente do marxismo na ótica de autores franceses – que o historiador britânico figurava entre aqueles que rejeitavam o “encaixe”, pura e simplesmente, das teorias às realidades em estudo. Nessa perspectiva, o historiador posicionava-se, então, contra o empobrecimento dos paradigmas teóricos – e, portanto, contra a idéia de morte da história e a favor de uma visão da história enquanto processo permanente e contraditório de lutas, no qual há visibilidade para as ambigüidades existentes nas sociedades e nas culturas. Advogava, assim, contrariando Althusser, a idéia de que no movimento da história, no processo histórico, há um campo aberto de possibilidades, - embora sempre tenso,

condicionado e limitado – entre as denominadas “*determinações da estrutura*” e as ações humanas.

Com tudo o que foi exposto, cabe enfatizar, à guisa de conclusão, que Edward Thompson fez críticas fundadas e necessárias ao marxismo, em suas vertentes deterministas, economicistas, funcionalistas e estruturalistas. Assim o fazendo, como diria Virgínia Fontes, o historiador não escamoteou as dificuldades e as divergências teóricas existentes no interior do materialismo histórico, como também em momento nenhum aceitou a sua superação ou a sua inutilidade (FIORI, 1999).

Edward Thompson construiu uma leitura da prática historiográfica, na qual a história se movimenta a partir das lutas históricas e da busca humana por alternativas concretas, sejam elas alternativas econômicas e sociais (impulsionadas pela necessidade) ou políticas e culturais (identificadas ao reino da liberdade, ou ao campo de possibilidades históricas). Com isso, rejeitou as idéias de fragmentação do real, o economicismo do *homem-mercadoria* ideal ao capitalismo, o individualismo possessivo, o reducionismo das estruturas, a “miséria das teorias” e a morte da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, P. *A Crise da Crise do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

BLACKBURN, R. *Depois da Queda*. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FIORI, J. (Org.). *Globalização: O fato e o mito*. Petrópolis, Vozes, 1999.

GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

_____. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa, Difel, 1991.

HIMMELFARB, G. “The group: british marxist historians”. *The New History and The Old*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.

HOBBSAWM, E. *História do Marxismo*. Paz e Terra, 1979, 12 v.

PALMER, Bryan. *Edward Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

SILVA, T. *Alienígenas na Sala de Aula*. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Vozes, 1995.

THOMPSON, E. "Experiência e educação". *In: Os Românticos*. A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

_____. *Folklore, Antropologia y Historia Social. Entrepasados*. Buenos Aires, 1992.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?". *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. 1979.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa v. I*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Notas:

* Professora adjunta de História da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

^[1] Frank Thompson morreu fuzilado na Bulgária, em 1944, quando lutava na guerra contra o nazi-fascismo. Por defender as idéias comunistas e a liberdade humana, Frank Thompson foi denunciado por traidores infiltrados no exército e morreu defendendo o direito de não delatar os colegas comunistas que participavam no interior do exército britânico. Segundo Eric Hobsbawm, Frank Thompson foi um jovem ativo e um comunista brilhante nas idéias, tendo sido responsável pela formação marxista do seu irmão mais novo, Edward. Os acontecimentos em torno de sua morte certamente influenciaram Edward Thompson a ingressar no PC e a participar de corpo e alma da reconstrução dos países comunistas arrasados pelo conflito bélico, tendo auxiliado nos mutirões de construção de casas e ferrovias na Itália e na Iugoslávia, lugar em que conheceu sua futura esposa, Dorothy Towers, professora de literatura e história graduada em Cambridge, membro do partido e companheira de Thompson em sua trajetória acadêmica e política.